

FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

<u>ATIVO</u>			<u>PASSIVO</u>		
	<u>2021</u>	<u>2020</u>		<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>CIRCULANTE</u>			<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa	19.220,65	19.545,69	Fornecedores	22.101.611,15	15.154.718,60
Bancos C/Movimentos	696.989,53	92.257,28	Empréstimos	5.345.832,60	-
Outras Disponibilidades	5.770.735,76	7.160.473,44	Provisões	12.597.647,14	10.151.490,09
Almoxarifados	8.060.808,38	30.306.283,46	Ordenados E Salários A Pagar	3.434.599,67	2.950.927,27
Adiantamento A Fornecedores	1.512.971,52	4.998.940,65	Encargos Sociais E Trabalhistas	14.080.895,03	31.543.941,17
Contas A Receber De Convênios	26.158.350,67	45.149.440,78	Imposto De Renda Fonte	5.489.114,47	21.281.999,89
Aluguéis A Receber	43.000,00	10.716,12	Outras Retenções	1.293.247,48	1.283.997,88
Outros Créditos	130.099.642,41	-	Pagamentos De Serviços	2.178.361,35	756.762,24
			Outros Pagamentos	709.096,60	858.655,69
Total do Circulante	<u>172.361.718,92</u>	<u>87.737.657,42</u>	Total do Circulante	<u>67.230.405,49</u>	<u>83.982.492,83</u>
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Realizável A Longo Prazo			Emprestimos	862.516,57	10.715.286,73
Outros Valores A Receber	863.745,07	863.745,07	Parcelamentos Fgts	4.951.494,49	4.951.494,49
Depositos Judiciais Trabalhistas	3.727.682,60	3.393.897,53	Obrigações Com Refis	4.240.935,03	7.130.030,66
			Outras Obrigações	11.115.410,19	19.165.739,34
Total do Realizável. a Longo Prazo	<u>4.591.427,67</u>	<u>4.257.642,60</u>	Impostos e Contribuições	47.712.642,90	-
			Convênios	21.380.357,97	20.595.357,97
			Total do Não Circulante	<u>90.263.357,15</u>	<u>62.557.909,19</u>
Imobilizado			<u>PATRIMÔNIO SOCIAL</u>		
Imobilizado – Líquido	35.589.204,94	30.302.440,31	Capital Social	303.347,62	303.347,62
Total do Imobilizado	<u>35.589.204,94</u>	<u>30.302.440,31</u>	Superávits (Déficits) Acumulados	60.986.361,26	(32.492.742,38)
			Superávits (Déficits) Do Exercício	(6.241.119,99)	7.946.733,07
Total do Não Circulante	<u>40.180.632,61</u>	<u>34.560.082,91</u>	Total do Patrimônio Líquido	<u>55.048.588,89</u>	<u>(24.242.661,69)</u>
<u>TOTAL DO ATIVO</u>	<u>212.542.351,53</u>	<u>122.297.740,33</u>	<u>TOTAL DO PASSIVO</u>	<u>212.542.351,53</u>	<u>122.297.740,33</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Márcia Oliveira Guimarães
Interventora judicial


Lucy Mary P. Santos
Contadora
CRC/SE 5669

FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Superávits (Déficits) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	303.347,62	(22.941.728,16)	(22.638.380,54)
Superávit (Déficit) do Exercício	-	7.946.733,07	7.946.733,07
Destinações:	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-
Transferência de Reserva	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(9.551.014,22)	(9.551.014,22)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	303.347,62	(24.546.009,31)	(24.242.661,69)
Superávit (Déficit) do Exercício	-	(6.241.119,99)	(6.241.119,99)
Destinações:	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-
Distribuição de Lucros	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-
Crédito para Futuro Aumento de Capital	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	85.532.370,57	85.532.370,57
Saldos em 31 de dezembro de 2021	303.347,62	54.745.241,27	55.048.588,89

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 Marcia Oliveira Guimarães
 Interventora judicial


 Lucy Mary P. Santos
 Contadora
 CRC/SE 5669

FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

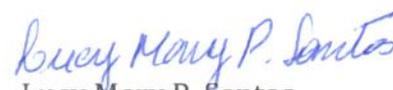
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Resultado do Período	(6.241.119,99)	7.946.733,07
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	2.355.218,39	1.831.353,01
Ajuste de Exercício Anterior	85.532.370,57	(9.551.014,22)
Resultado na alienação de imobilizado	-	-
Provisão para realização de contas a receber de clientes	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-
Outros	177.121,32	-
Variação de ativos e passivos:		
Variação de contas a receber	18.958.806,23	(5.564.324,09)
Variação de estoques	22.245.475,08	(3.327.038,55)
Variação de contas a pagar e provisões	(21.948.360,85)	(2.223.424,21)
Variação de convênios a executar	-	20.595.357,97
Variação de outros ativos	(126.947.458,35)	-
Variação de outros passivos	37.408.659,03	4.089.306,36
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	11.540.711,43	13.796.949,34
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições de imobilizado	(7.819.104,34)	(3.404.691,56)
Recebimentos de vendas de imobilizado	-	-
Integralização de Capital	-	-
Outros	-	8.917,85
Caixa líquido proveniente (usado) das atividades de investimento	(7.819.104,34)	(3.395.773,71)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos de curto prazo obtidos	-	-
Financiamentos de longo prazo obtidos	627.580,71	-
Pagamentos de financiamentos de curto prazo	(2.467.851,55)	-
Pagamentos de financiamentos de longo prazo	(2.666.666,72)	(3.436.163,46)
Caixa líquido proveniente (usado) das atividades de financiamentos	(4.506.937,56)	(3.436.163,46)
Efeito de variação cambial sobre o caixa	-	-
Aumento do caixa	(785.330,47)	6.965.012,17
Caixa no início do período	7.272.276,41	307.264,24
Caixa no final do período	6.486.945,94	7.272.276,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


 Márcia Oliveira Guimarães
 Interventora judicial


 Lucy Mary P. Santos
 Contadora
 CRC/SE 5669

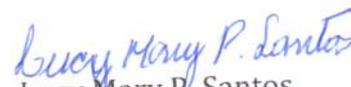
FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS</u>	<u>178.240.930,65</u>	<u>135.017.127,20</u>
Receitas Com Pacientes Convênios	40.864.486,26	22.834.050,10
Receitas Com Pacientes - Sus	137.346.221,55	111.833.805,32
Pacientes Particulares	30.222,84	349.271,78
	<u>178.240.930,65</u>	<u>135.017.127,20</u>
<u>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</u>		
<u>DESPESAS OPERACIONAIS</u>	<u>186.909.475,82</u>	<u>133.580.279,63</u>
Despesas Administrativas	72.856.052,26	33.830.179,99
Pessoal	62.965.198,35	70.700.439,84
Depreciação	2.355.218,39	1.841.043,07
Tributárias	604.594,23	442.671,92
Manutenção Hospitalar	41.218.901,65	20.801.595,11
Despesas Gerais	3.283.111,29	4.371.378,29
Despesas Financeiras	3.720.493,81	1.719.506,62
Receitas Financeiras	(94.094,16)	(126.535,21)
	<u>(8.668.545,17)</u>	<u>1.436.847,57</u>
<u>RESULTADO OPERACIONAL</u>		
<u>OUTRAS RECEITAS</u>	<u>2.427.425,18</u>	<u>6.509.885,50</u>
Auxílios, Subvenções E Campanhas	67.780,00	3.736.318,48
Receitas Eventuais	2.359.645,18	2.773.567,02
<u>SUPERÁVIT OU DÉFICIT</u>	<u>(6.241.119,99)</u>	<u>7.946.733,07</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Márcia Oliveira Guimarães
Interventora judicial


Lucy Mary P. Santos
Contadora
CRC/SE 5669

FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em reais)

Geração de Riqueza

Apuração do valor adicionado:	2021	2020
1) Receitas	180.668.355,83	141.527.012,70
2) Insumos Adquiridos de Terceiros	117.358.065,20	59.003.153,39
3) Valor Adicionado Bruto (1 - 2)	63.310.290,63	82.523.859,31
4) Depreciações e Amortizações	2.355.218,39	1.841.043,07
5) Valor Adicionado Líquido (3 - 4)	60.955.072,24	80.682.816,24
6) Valor Adic. Recebido em Transferência (7 + 8)	94.094,16	126.535,21
7) Receitas Financeiras	94.094,16	126.535,21
8) Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir (5+6)	61.049.166,40	80.809.351,45

Distribuição de Riqueza Gerada

Distribuição do valor adicionado:	2021	%	2020	%
Pessoal e Encargos	62.965.198,35	103,14	70.700.439,84	87,49
Financiadores (Juros + Alugueis)	3.720.493,81	6,09	1.719.506,62	2,13
Tributos e Contribuições	604.594,23	0,99	442.671,92	0,55
Dist. Lucros + Pró-labore + Juros s/Cap.Próprio	-	-	-	-
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	(6.241.119,99)	(10,22)	7.946.733,07	9,83
Total Distribuído	61.049.166,40	100,00	80.809.351,45	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Márcia Oliveira Guimarães
Interventora judicial


Lucy Mary P. Santos
Contadora
CRC/SE 5669

FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em reais)

1- CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia - FBHC é entidade assistencial privada, filantrópica, de receita e patrimônio próprios e tem como seu Patrono o Dr. Augusto Leite.

Fundada em 1926, é regida pelas disposições da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, por este Estatuto e pelas normas internas que adotar.

A Fundação não visa lucro, não distribuirá dividendos ou bonificações sobre resultados de seus exercícios financeiros e aplicará suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

Os sócios da Fundação não receberão remuneração pelo exercício de funções diretivas e de Conselheiro.

A Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia - FBHC tem por finalidade a promoção, execução e desenvolvimento das ações e/ou serviços de saúde relativos à atenção médico-hospitalar em qualquer clínica ou especialidade médica, inclusive as de cunho educacional e de formação profissional, com essa finalidade, operar, direta ou indiretamente, outras unidades assistenciais na capital e no interior do estado.

No cumprimento de sua finalidade, as respectivas ações e/ou serviços de saúde podem ser prestados de forma direta ou indireta, e devem ser prestados sob ótica da eficiência e economicidade, sob gestão produtiva de metas e resultados.

O Balanço patrimonial deve ser anual e apresentado ao Conselho Curador da Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia até o quarto mês seguinte ao término do exercício.

Em novembro de 2018, foi decretada a Intervenção Judicial desta Fundação de Beneficência através da ação civil pública nº 201810701344, a qual destituiu a Mesa Administrativa da Fundação nomeada pelo Conselho.

2- PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com Lei das Sociedades por Ações, obedecendo as Resoluções emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e as modificações introduzidas pela Lei 11.638/2007. Lei 11.941/2009 e pelas normas Brasileiras de Contabilidade, características para este tipo de entidade, bem como pelo Decreto nº 7.237/10 e normas aplicáveis as Entidades Filantrópicas.

- a) O critério de Apuração das receitas foi pelo regime de competência.
- b) Os Auxílios e Subvenções, Convênios Governamentais, foram contabilizados através dos convênios e contratos firmados com a Secretaria Municipal de Saúde Gestora do Sistema único de Saúde - SUS, Secretaria de Estado da Saúde e Fundo Nacional de Saúde.

As principais práticas contábeis adotadas pela empresa para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras do exercício social de 2018 estão efetuadas em conformidade com as Leis das Sociedades Anônimas e com as normas regulamentares da legislação regente do Imposto de Renda, normas aplicadas também às sociedades limitadas, observando os principais regramentos e práticas contábeis que nortearam a confecção das demonstrações financeiras em referência e estão sendo apresentados segundo critérios estabelecidos pelo novo plano de contas instituído para as sociedades do ramo.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11638/2007, que modificaram e introduziram novos dispositivos às sociedades por ações e que de alguma forma se expandiram também para o ambiente das demais empresas.

Essa lei e a referida MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A aplicação da referida lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2009.

Com a referida Lei e MP em vigor, algumas alterações introduzidas foram normatizadas por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas pelas empresas, dentre as quais merecem destaque:

2.1 Elaboraões das Demonstraões Contábeis:

As Demonstraões Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram ajustadas com as reclassificaões decorrentes da adoão da referida lei e, consoante o previsto na Lei 11.638/2007, a Demonstração das Origens e Aplicaões de Recursos foi substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.2 Nova classificaão das contas

A nova redaão dada pela MP nº. 449/08, convertida na Lei nº 11.941/2009, ao artigo 178 da Lei das S/A (Lei nº. 6.404/76), estabelece a seguinte classificaão do Ativo e do Passivo:

- a) Ativo circulante;
- b) Ativo não-circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, diferido e intangível;
- c) Passivo circulante; e
- d) Passivo não-circulante.



3- CAIXA

Compreende o saldo da conta Caixa o valor de R\$ 19.220,65 (dezenove mil duzentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos), para atender despesas efetuadas a vista de produtos de uso geral;

4 - BANCOS CONTA MOVIMENTO

Compreende tanto o saldo das contas bancárias de livre movimentação quanto os de recursos de restrição de uso, oriundos de convênios, os quais formam um montante de R\$ 696.989,53 (seiscentos e noventa e seis mil, novecentos e oitenta e nove reais e cinquenta e três centavos).

5- ALMOXARIFADOS

Os estoques referem-se, substancialmente, a medicamentos e material médico-hospitalar. Esses estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os preços de mercado;

E material hospitalar, principalmente. Estes estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que não superam os preços de mercado;

6 - ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Pagamentos a fornecedores que só liberam as mercadorias com pagamentos antecipados; totalizarem no final do exercício R\$ 1.512.971,52. (um milhão, quinhentos e doze mil, novecentos e setenta e um reais e cinquenta e dois centavos)

7- CONTAS A RECEBER

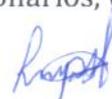
Esta conta com um saldo de R\$ 26.158.350,67 (vinte e seis milhões, cento e cinquenta e oito mil, trezentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos), representa valores a receber relativo a serviços prestados junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE	9.516.143,54
SECRETÁRIA ESTADUAL DE SAÚDE	16.642.207,13

8- REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

DEPÓSITOS JUDICIAIS TRABALHISTAS: Refere-se a bloqueios e liberações de recursos de receitas da Instituição provenientes de processos judiciais, cujo saldo alcança o montante de R\$ 3.727.682,60 (três milhões setecentos e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta centavos);

OUTROS VALORES A RECEBER: O saldo dessa rubrica, no montante de R\$ 863.745,07 (oitocentos e sessenta e três mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sete centavos), está representado por créditos em aberto junto a colaboradores, sacados do caixa por funcionários, com autorização da diretoria, para posterior compensação.



9 - IMOBILIZADO

Houve no exercício aquisições no valor de R\$ 7.819.104,34 (sete milhões, oitocentos e dezenove mil, cento e quatro reais e trinta e quatro centavos)

As depreciações dos exercícios foram registradas e contabilizadas no resultado e formaram o montante de R\$ 2.355.218,39 (dois milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e dezoito reais e trinta e nove centavos).

DESCRIÇÃO	TAXA ANUAL
Edificações	4%
Maquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Computadores e periféricos	20%

10- EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Entidade contraiu um empréstimo com a Caixa Econômica Federal através do "CAIXA HOSPITAIS", em outubro de 2014 no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para quitação em 84 meses, para saldar compromissos administrativos e outros compromissos, com taxas 1,30% a.m. e 16,77% ao ano.

11- PARCELAMENTOS DO FGTS

No mês de fevereiro de 2015 a Entidade parcelou os seus débitos com o FGTS, junto a Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 9.281.764,86, (Nove milhões duzentos e oitenta e um mil setecentos e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) onde estão inclusos multas, juros e correções monetárias para o período de 136 meses.

12- PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS

A entidade visando regularizar sua situação fiscal aderiu em 28 de fevereiro de 2000, ao Programa de Recuperação de Fiscal - REFIS, instituído pela MP nº 1.923 de 06 de outubro de 1999, convertida em Lei nº 9.964/00

Operação	Encargos	Longo prazo	2021	2020
REFIS	TJLP	7.212.011,04	4.240.935,03	7.130.030,66

13- VALORES DAS ISENÇÕES USUFRUÍDAS PELA FUNDAÇÃO

CUSTO DA ISENÇÃO - QUOTA PATRONAL

O Custo da isenção da quota patronal de previdência social usufruída pela entidade, no ano de 2021, representou R\$ 8.560.519,33. São 1.371 pessoas atendidas por esse benefício de isenção

14- VALORES RECEBIDOS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS ASSINADOS COM O PODER PÚBLICO:

A entidade firmou contratos para prestação de serviços de saúde com o poder público, os quais totalizam o montante anual de **R\$ 178.210.707,81**, conforme abaixo discriminado:

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SES	R\$ 137.346.221,55
IPES-SAÚDE	R\$ 40.864.486,26

15- SUPÉRAVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO

A entidade encerrou o exercício de 2021 com um déficit da ordem de R\$ 6.241.119,99 (seis milhões, duzentos e quarenta e um mil, cento e dezenove reais e noventa e nove centavos);

16- AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Foram efetuados lançamentos que totalizaram R\$ 85.532.370,57 (oitenta e cinco milhões quinhentos e trinta e dois mil, trezentos e setenta reais e cinquenta e sete centavos).

17- CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CEBAS-SAÚDE

O Ministério da Saúde, considerando a Nota Técnica número 11/2021-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS-FTS Nº 863, constante do processo nº 25.067431/2017-33, concluiu, na fase recursal, pelo atendimento, por parte da Instituição, dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, conforme estabelecido no Art. 1º da **Portaria nº 80, de 27 de Janeiro de 2021, abaixo transcrito:**

Art. 1º Fica reconsiderada a decisão que cancela o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social- CEBAS da Instituição, CNPJ 13.016.332/0001-06, com sede em Aracaju.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

18- CONTINGENCIAS

Os registros contábeis e as operações da Entidade estão sujeitos ao exame pelas autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições,



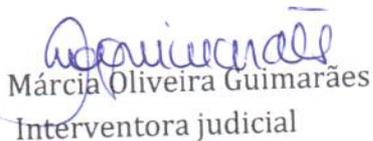
durante os prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável a cada espécie de tributo, durante os prazos prescricionais a eles inerentes.

19- PATRIMÔNIO SOCIAL

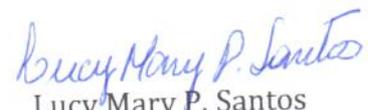
O Patrimônio Social da Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia está composto por R\$ 303.347,62 com um superávit acumulado no valor R\$ 60.986.361,16 e déficit do exercício no valor R\$ 6.241.119,99 ficando o saldo positivo (Patrimônio Social) no valor de R\$ 55.048.588,89.

De acordo com o Artigo 29, parágrafo 2º, do Estatuto, a Fundação de Beneficência Hospital de Cirurgia não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. Assim, o patrimônio social é aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional.

Aracaju, SE 29 de abril de 2022



Márcia Oliveira Guimarães
Interventora judicial



Lucy Mary P. Santos
Contadora
CRC/SE 5669



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho Deliberativo e Diretoria da
FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA
Aracaju - Sergipe

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA**. (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para a opinião com ressalva” do nosso relatório, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE BENEFICÊNCIA HOSPITAL DE CIRURGIA**, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Os controles internos apresentados para os grupos de contas de “Adiantamento de Fornecedores” que totalizarem no final do exercício R\$ 1.512.971,52 e para o grupo “Contas A Receber De Convênios” com o total de R\$ 26.158.350,67, não nos permitiram uma conclusão sobre os saldos apresentados e, portanto, não foi possível dimensionar os efeitos provocados no resultado da “Fundação”.

Os controles internos apresentados da posição dos saldos registrados na conta “Depósitos Judiciais” no montante de R\$ 3.727.682,60, não nos permitiu uma conclusão adequada dos saldos.



O valor de R\$ 863.745,07 referente a “Outros Valores a Receber” correspondem a saques feitos por colaboradores, do caixa da Fundação com autorização da direção para posterior compensação, realizados até novembro de 2018, quando foi decretada a Intervenção Judicial desta Fundação de Beneficência através da ação civil pública n. 201810701344, a qual destituiu a mesa administrativa nomeada pelo conselho. Na presente data o número da ação civil pública é 201911201922, mas até a presente data sem a devida prestação de contas.

O controle físico e analítico do Imobilizado, apresentados pela Fundação, não estão em conformidade com a legislação vigente, por conseguinte, os encargos de depreciação e amortização foram calculados com base nos saldos direto das contas. Também não foi realizado teste de recuperabilidade (“Impairment”) sobre estes ativos, consequentemente não atendendo ao que determinam os dispositivos legais CPC27 – NBC TG 27 – Resolução CFC 1.177/09- Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 – CPC01- NBC TG 01 – Resolução CFC 1.292/10. Por conseguinte, não foi possível examinar, opinar, tão pouco quantificar os efeitos causados por essa deficiência no resultado e no patrimônio líquido da Fundação.

A Fundação possui obrigações presentes decorrentes de eventos passados, vencidos, ou seja, em atraso, classificadas no passivo circulante na conta de fornecedores, cujo valor contábil original foi de R\$ 22.101.611,15, escriturados contabilmente com controles internos apresentados de forma inadequada e uma verdadeira conciliação das obrigações com terceiros e informações contábeis de representação fidedigna. Sendo assim, não foi possível, nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado para o exercício findo naquela data, que estão sendo apresentados pela administração da Fundação como informações suplementares e comparativas, foram revisados por outros auditores que emitiram relatório datado em 27 de julho de 2021, com ressalvas em função da limitação de escopo dos valores de almoxarifado, ausência de controles internos de adiantamentos a fornecedores, não apresentação da posição dos advogados sobre os depósitos judiciais trabalhistas e outros, falta de prestação de conta nos valores a receber, falta de informações e controles adequados do imobilizado e falta de conciliação das contas de fornecedores.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Aracaju - SE, 29 de abril de 2022.

JADSON GONCALVES
RICARTE:07920598591

Assinado de forma digital por JADSON
GONCALVES RICARTE:07920598591
Dados: 2022.06.16 09:55:04 -03'00'

RICARTE AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
C.R.C. SE-190

JADSON GONCALVES
RICARTE:07920598591

Assinado de forma digital por JADSON GONCALVES
RICARTE:07920598591
Dados: 2022.06.16 09:55:38 -03'00'

JADSON GONÇALVES RICARTE
CONTADOR

C.R.C. 7220 "T" -SE/BA
C.P.F. 079.205.985-91